

Bresser: resistir aos estados

O novo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, deverá enfrentar nos próximos dias uma pressão dos governadores visando a obtenção de um aumento de transferências federais para os estados através de dois instrumentos: uma reforma tributária de emergência e a destinação de 30 por cento dos recursos aloca-dos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND — para reforçar as finanças estaduais.

O ministro já comunicou ao Presidente da República que é contra as duas medidas e obteve o apoio do Palácio do Planalto para resistir às pressões dos novos governadores. O próprio presidente comprometeu-se a transmitir aos chefes de executivos estaduais que o procurarem a orientação de que uma política de austeridade a nível federal é incompatível com uma maior soma de recursos da União para os estados, além daquelas definidas pela Constituição e as resultantes dos programas financiados com recursos do orçamento geral da União.

DEFICIT

Segundo uma qualificada fonte do Palácio do Planalto, o governo federal reconhece o esforço dos governadores para sanear as fi-

nanças estaduais, abaladas pelo empregulismo que caracterizou a campanha eleitoral de novembro do ano passado, e apóia sem restrições todas as ações desenvolvidas nesse sentido a partir de 15 de março passado, inclusive as demissões em massa de funcionários fantasmas ou contratados irregularmente.

Todavia, a contrapartida para esse esforço não pode ser a liberação de recursos adicionais da União para os Estados, pois o governo federal também está envolvido na implantação de um programa austero de ajuste econômico, cujo propósito é reduzir substancialmente o déficit público.

Para os estrategistas da área econômica, de nada adiantará uma política estreita, uma política fiscal rígida, cortes nos investimentos e demais dispêndios das empresas estatais e eliminação parcial dos subsídios, se continuar aberta a torneira dos tesouros estaduais e dos bancos oficiais dos estados.

Ainda que não haja a intenção de formalizar um acordo com o Fundo Monetário Internacional — FMI — para evitar a submissão a um monitoramento, isso não impede que as prescrições usualmente feitas pelo

Fundo e que dizem de perto a qualquer programa de austeridade sejam seguidas pelo Governo, avverte o informante. Ele lembra que o programa de austeridade, que deve alcançar a todos, inclusive os estados, é a alternativa de que dispõe o Governo para conter a hiperinflação e a recessão, não representando o atendimento a nenhuma condição imposta pelos bancos credores, embora o ajuste austero seja sempre bem recebido.

FND

Particularmente em relação aos recursos do FND, o Governo Federal tem dito aos governadores que o dinheiro está legalmente vinculado às aplicações em investimentos nos setores de infra-estrutura econômica e a projetos de estímulos específicos, como às pequenas e médias empresas.

Ainda que os estados levantassem empréstimos à conta dos recursos do FND, a pretexto de aplicarem em investimentos produtivos, o atendimento seria negado, porque não haveria garantia de retorno da aplicação, considerando que ela deverá render a correção monetária das OTN e mais seis por cento ao ano, uma rentabilidade que dificilmente seria assegurada pelos projetos estaduais.